

Notícias do dia 01 de julho



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 20

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

TCE-GO aprova contas do governo Caiado de 2021 4

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
TCE - GO

Metrobus coloca mais 60 ônibus em circulação.....5

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - ESTADO
TCE - GO

60 novos ônibus do Eixo Anhanguera entram em circulação até o mês de agosto..... 7

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO

Novos ônibus para o Eixo Anhanguera 9

RÁDIO SAGRES 730 - GO - SAGRES SINAL ABERTO - EDIÇÃO DA MANHÃ
TCE - GO

Comentários de Samuel Straioto..... 10

RÁDIO SAGRES 730 - GO - SAGRES SINAL ABERTO - EDIÇÃO DA MANHÃ
TCE - GO

Aprovação do Balanço Geral do Estado de Goiás referente ao ano de 202111

JORNAL CORREIO POPULAR ONLINE - ITABERAÍ - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE-GO recomenda privatização do Ipasgo até o final de 2023.....12

DIÁRIO DO ESTADO ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

Balanço de contas indica "marco histórico" nas finanças públicas de Goiás.....13

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE-GO recomenda privatização do Ipasgo até o final de 2023.....14

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - CIDADES
TCE - GO

TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações..... 15

VIVER GOIÁS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações..... 16

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Pela primeira vez, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações
..... 17

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Pela primeira vez em 21 anos, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem
recomendações 19

EXPRESSO 360 - ONLINE - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

"Estamos preocupados em atender a demanda da população" afirma Caiado durante anúncio
da ampliação da frota do Eixo Anhanguera

.....	21
JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES TCE - GO	
Metrobus coloca mais 60 ônibus em circulação.....	23
GIRO GOIÁS ONLINE - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Pela primeira vez, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações	25
PORTAL CATALÃO - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
TCE-GO recomenda privatização do Ipasgo até o final de 2023.....	26
BLOG CANAL GAMA - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Após 21 anos, TCE aprova contas do Governo de Goiás sem nenhuma ressalva.....	27
BLOG DO ALAN RIBEIRO - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Pela primeira vez em 21 anos, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações	28
BLOG DO CLEUBER CARLOS - GO - ÚLTIMAS TCE - GO	
TCE-GO Recomenda Privatização do Ipasgo até o Final de 2023.....	29
OPINANDO - GO - POLÍTICA TCE - GO	
Pressionada, oposição briga com os bons resultados da gestão de Ronaldo Caiado.....	30

TCE-GO aprova contas do governo Caiado de 2021

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** emitiu parecer prévio pela aprovação de contas referentes ao exercício financeiro de 2021, gestão de Ronaldo Caiado (UB). O texto traz dez recomendações e três determinações ao Executivo.

O relatório foi apresentado pelo **conselheiro Celmar Rech** em julgamento realizado na terça-feira (28) e aprovado por unanimidade. O documento será encaminhado à Assembleia Legislativa de **Goiás**, Poder responsável pela decisão final sobre as contas.

Por meio do parecer, o **TCE** determinou que o Executivo adote providências, até o final de 2023, para efetivar a conversão do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) em pessoa jurídica de direito privado ou promover medida para que recursos provenientes da autarquia não sejam computados na Receita Corrente Líquida (RCL).

No relatório, Rech argumentou que esses valores somaram R\$ 1,817 bilhão em 2021, o que representa 5,76% da RCL do período. O **conselheiro** afirmou que a inserção "resulta em incremento artificial do indicador".

O documento também determina que o governo publique, a partir de 2022 e na periodicidade prevista na legislação, a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais.

A terceira recomendação é relacionada ao cálculo do índice de vinculação com educação. O **TCE** definiu que, a partir de 2022, devem ser incluídos no índice apenas os empenhos da natureza "Repasse Direto e Antecipado a Unidades Administrativas" que guardem pertinência com a legislação e que tenham evidências que possam "ser efetivamente apresentadas a esta Corte".

Site: <https://opopular.com.br/digital/01-julho-2022/1o-caderno>

Metrobus coloca mais 60 ônibus em circulação

Seis ônibus entraram em operação na última quarta-feira (29) para circular entre os terminais Vera Cruz e Praça da Bíblia no transporte coletivo da cidade de **Goiânia**

Enquanto a frota de ônibus elétricos entra em funcionamento no Eixo Anhanguera, 60 novos veículos vão ingressar no eixo e extensões em caráter emergencial. No total, serão 110 ônibus circulando nos próximos 180 dias, de acordo com a Prefeitura de **Goiânia**. O objetivo é desafogar a demanda do sistema no principal corredor de transporte coletivo que liga a capital às cidades da Região Metropolitana.

Seis ônibus entraram em operação, na última quarta-feira (29), para circular entre os terminais Vera Cruz e Praça da Bíblia. Os veículos são de piso alto, 14 metros de comprimento, ar-condicionado, câmbio automático, capacidade para até 110 passageiros sentados e em pé, e portas para embarque e desembarque elevados pelo lado esquerdo.

Segundo o Paço, os outros veículos ingressarão na rota de forma gradativa. A previsão é de entrada de novos ônibus semanalmente, até completar os 60 previstos, que serão os primeiros climatizados a circular na Região Metropolitana.

Rogério Cruz afirma que "esse é mais um passo para a melhoria do transporte público da Região Metropolitana de **Goiânia**", e ressalta o alinhamento dos prefeitos com o Governo do Estado. "Já damos respostas à população. O primeiro passo foi a implantação do bilhete único e do passe livre do trabalhador", ressaltou, ao lembrar que a Prefeitura de **Goiânia** já está recapeando a via para receber os 114 ônibus elétricos.

O presidente da Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo (CDTC), secretárioger de Governo, Adriano da Rocha Lima, explica que a decisão de ampliar a frota de forma imediata foi necessária em função do questionamento do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** sobre aspectos da licitação, que vai promover a eletrificação da frota do principal corredor de transporte coletivo da Região Metropolitana de **Goiânia**.

"O processo está sendo feito de forma muito transparente, mas como surgiram algumas dúvidas,

fomos obrigados a adiar a licitação. Estamos esclarecendo todos os questionamentos.

Infelizmente, a entrega dos ônibus elétricos no segundo semestre, como o previsto, não será possível, mas a ampliação imediata da frota foi a forma provisória que encontramos para não penalizar a população", destacou Adriano da Rocha Lima.

Acordo com empresas Com a frota deficitária, a Metrobus anunciou, no último mês, um acordo com empresas privadas para reposição e substituição de ônibus articulados nas linhas que percorrem o Eixo Anhanguera, em **Goiânia**, e municípios da Região Metropolitana.

Conforme o órgão, a decisão visa suprir a necessidade de mais veículos para trafegar na via e responder à suspensão do pregão para licitação de 114 ônibus elétricos, determinada pelo **TCE**.

Frota deficitária Já o presidente da Metrobus, Francisco Caldas, avalia que há o problema da frota deficitária é uma realidade.

Por enquanto, a iniciativa deve solucionar os problemas aos usuários do transporte coletivo.

Segundo ele, o objetivo principal é "fortalecer a nossa frota com ônibus deles [empresas privadas], até que a gente possa endereçar a solução final para os ônibus elétricos", explica.

"A nossa estratégia do governador e da empresa é de renovar a frota inteira dentro da melhor tecnologia possível.

Nunca tivemos ônibus com ar condicionado nessa região e vamos enfrentar isso", pontua.

Contudo, o acordo com as empresas privadas será mantido até segunda ordem. "Esses serviços hoje são operados pela Metrobus e dentro de uma deficiência operacional, queremos ter mais recursos para poder fazer isso, mas então, na insuficiência, vamos procurar as empresas e pedir para elas reforçarem nossa frota. Eu não tenho os números finais pois estamos na fase final de indexação mas espero que em até uma semana tenhamos números novos para apresentar à população e ao órgão regulador", destaca.

Meia Tarifa Até o fim deste ano, a expectativa é que o Governo de **Goiás** implemente a Meia Tarifa, onde passageiros que percorrerem trajetos menores do que cinco quilômetros pagarão metade do valor do bilhete, congelado em R\$ 4,30 durante toda a atual gestão do Estado.

"**Goiânia** sempre foi só problema, problema. Há quanto tempo não temos um aumento na passagem? Só esse ano, vamos bancar R\$ 80 milhões.

São 17 prefeituras que não podem subsidiar e nós vamos pagar. **Goiânia** arca com outra parte. Hoje, nós temos a CMTC e a CDTC trabalhando uniformemente. A Prefeitura está prezando pelo asfalto agora, depois virá o concreto", afirma o governador. (Especial para O Hoje)

Site: <https://ohoje.com/impreso/5709/>

60 novos ônibus do Eixo Anhanguera entram em circulação até o mês de agosto

O governador Ronaldo Caiado anunciou na última quarta-feira, 29, a ampliação do número de veículos do Eixo Anhanguera, principal corredor de transporte coletivo que liga **Goiânia** às cidades da região metropolitana. De imediato, seis novos veículos entraram em operação a partir de ontem, 30. A cada semana, novos veículos entram em circulação, com a previsão de 60 novos ônibus até neste mês de agosto. O aumento da frota não vai implicar em aumento de gastos públicos nem acréscimo no valor da passagem.

"Estamos todos muito preocupados em atender à demanda da população, o povo já não tem mais paciência", disse Caiado. Em caráter emergencial, a frota, que hoje é de 86 veículos, será ampliada para 110 ônibus em circulação, com veículos na reserva para substituir eventuais problemas técnicos.

O principal projeto de requalificação do transporte coletivo da região metropolitana, a eletrificação da frota, segue sendo a prioridade do governo de **Goiás**.

Porém, com o atraso na execução do cronograma de licitação da nova frota devido a questionamentos apresentados pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, foi preciso adotar um plano contingencial para garantir a fluidez do sistema. "Não podemos deixar a população achando que o transporte não tem solução", disse o governador.

"Gratidão ao governador por ajudar e se empenhar tanto para oferecer o melhor transporte e estar sempre de portas abertas para ouvir os prefeitos", disse o prefeito de **Goiânia**, Rogério Cruz, que falou em nome de todos os prefeitos da região metropolitana.

Para ele, o esforço é conjunto para, a cada dia, dar melhores respostas aos usuários do transporte coletivo.

O secretário-geral de Governo e presidente do Conselho Deliberativo de Transportes Coletivos (CDTC), Adriano da Rocha Lima, explica que a população não pode ser penalizada pelo adiamento da licitação dos novos ônibus e, por isso, governo estadual e prefeituras se uniram em busca de uma solução para a demanda por mais ônibus, principal queixa dos usuários.

"Voltaremos ao plano original quando possível, mas

estamos, desde já, atendendo à demanda da população", disse o secretário.

Os ônibus que entram agora para a frota são todos novos, com ar-condicionado, proporcionando maior conforto ao usuário. "Isso mostra o comprometimento do governador e do prefeito com o transporte coletivo da região metropolitana", disse o presidente da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), Tarcísio Abreu.

Ronaldo Caiado e Rogério Cruz anunciam a ampliação de frota do Eixo Anhanguera em caráter emergencial: hoje são 86 veículos, que passarão para 110 em circulação

Medida atenderá Região Metropolitana de **Goiânia** sem aumento de custo

A ampliação da frota não vai acarretar em transferência de recursos públicos, nem no aumento do valor da passagem. Segundo o presidente da CDTC, trata-se de um acordo operacional contemplado pelo contrato com as empresas que operam o Eixo Anhanguera.

Ou seja, elas compartilham os veículos e colocam a quilometragem de quantos veículos devem rodar mensalmente.

Ao término de cada mês, a receita é compartilhada entre as empresas que operaram as extensões na seguinte proporção: 50% para a Metrobus e outros 50% para as concessionárias. Assim como os custos, que também são divididos em 50% para ambas as partes.

Também estavam presentes no evento, o secretário estadual da Indústria, Comércio e Serviços, Joel de Sant'Anna; o secretário da Casa Militar, Coronel Luiz Carlos de Alencar; o presidente da Metrobus, Francisco Caldas; o presidente da GoiásTelecom, Hipólito Prado; o presidente da Cooperativa de Transportes do Estado de **Goiás** (Cootego), Rilvadar Gonçalves; o presidente da Viação Reunidas, Henrique Vinícius da Paz; o presidente da Rede Mob, Leomar Avelino Rodrigues; o diretor da Rápido Araguaia, Roberto Rabelo; o diretor da Rede Mob, Cézane Siqueira; e os prefeitos dos seguintes municípios: Kelton Pinheiro (Bonfinópolis), Naçõitan

Leite (Iporá) e José Délio Alves Júnior (Hidrolândia).

"Estamos todos muito preocupados em atender à demanda da população, o povo já não tem mais paciência", disse o governador

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no3043/>

Novos ônibus para o Eixo Anhanguera

TAGS: CMTc, CDTC, GOVERNO DE **GOIÁS**,
PREFEITURA DE **GOIÂNIA**, RMTc, **TCE GOIÁS**,
MOBILIDADE URBANA, SECRETARIA DE ESTADO
DO GOVERNO, METROBUS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/07/01/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-06.43.27-06.48.40-

1656671283.mp4

Comentários de Samuel Straioto

Radialista comenta sobre os destaques relatado na rádio.

TAGS: Governo de Goiás, TCE-GO, Ronaldo Caiado.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/07/01/RDIOSAGRES73>

OGO-08.29.30-08.32.12-1656679301.mp3

Aprovação do Balanço Geral do Estado de Goiás referente ao ano de 2021

O plenário do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** emitiu parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021.

TAGS: TCE-GO.

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/07/01/RDIOSAGRES73>
OGO-08.26.03-08.27.03-1656678535.mp3**

TCE-GO recomenda privatização do Ipasgo até o final de 2023

O Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) deve ser privatizado até o final de 2023. É o que consta em um parecer prévio de contas ao governador do exercício de 2021, publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (30) pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Apesar da sugestão, vale lembrar que as contas estaduais foram aprovadas por unanimidade pela corte.

De acordo com o documento, o governo do Estado deve "adotar providências para que, até o final de 2023, seja efetivada a conversão do IPASGO em pessoa jurídica de direito privado, ou promover medida com potencial equivalente para resolução dos problemas relatados".

Os problemas em questão estão descritos no voto do **conselheiro** relator do parecer, **Celmar Rech**. De acordo com o voto, o governo do estado tem utilizado receitas consistentes nos descontos dos servidores públicos e dos pagamentos das mensalidades de segurados agregados do instituto na Receita Corrente Líquida do estado. Segundo o voto, "no exercício de 2021, esses valores somaram R\$ 1,817 bilhão, o que representa 5,76%" da Receita Corrente Líquida.

Para o relator, o uso de recursos do Ipasgo, que são vinculados aos pagamentos das despesas médicas dos segurados do plano de saúde, resulta em incremento artificial do indicador, "com inevitáveis desdobramentos na apuração da despesa com pessoal e do endividamento público, e outras consequências nocivas às finanças estaduais".

Rech também ressaltou que não é a primeira vez que o órgão alerta do governo do estado sobre a questão e que recomendações contrárias já foram feitas a governos anteriores.

"A manutenção da atual natureza jurídica do IPASGO também prejudica a transparência social e a inteligibilidade sobre os gastos estaduais com a função saúde pública, como dito alhures, pelo fato de que seus dispêndios, de caráter não universal, são direcionados a um público específico, os usuários do plano de saúde, e não com a saúde da sociedade em geral", diz o relatório.

Ainda de acordo com o documento, fiscalizações realizadas pelo **TCE-GO** identificou a intenção do

Ipasgo em substituir servidores públicos efetivos por terceirizados. Nesse sentido, o órgão já vinha recomendando a realização de concurso público para o instituto desde 2018.

Além disso, Rech pontuou que, durante o contingenciamento orçamentário promovido em 2021, resultou na redução de 50% (cinquenta por cento) nos atendimentos e exames eletivos ofertados pelo plano de saúde. O motivo da redução do atendimento, foi a "impossibilidade do estabelecimento de restrições gerais às dotações orçamentárias do IPASGO, em função da natureza de suas receitas e da vinculação de suas despesas".

Procurado pelo o governo do estado informou que não vai se manifestar sobre o assunto.

Governo teve contas aprovadas em 2021

O governo do estado teve suas contas públicas aprovadas sem ressalvas pelo **TCE-GO** em 2021. Na análise dos números, **Celmar Rech** considerou que o ano de 2021 foi um "marco histórico" para as finanças públicas. Segundo ele, havia um déficit estrutural de mais de uma década "aparentemente insuperável, no qual as receitas ordinárias não se mostravam suficientes para fazer frente ao pagamento do serviço da dívida, às vinculações constitucionais e às despesas com pessoal e custeio".

Ele lembrou que, durante a década, investimentos necessários tiveram que deixar de ser feitos e relegados a uma parcela pequena do orçamento, custeados, quando possível, por operações de crédito cujos encargos adicionais ajudavam a comprometer ainda mais as receitas futuras.

De acordo com o Governo de **Goiás**, uma das medidas adotadas como solução para o panorama foi renegociação do perfil das dívidas, com a busca de readequação de juros existentes para patamares mais adequados às condições dos cofres públicos.

Fonte: Mais **Goiás**

Site: <https://jornalcorreiopopular.com.br/2022/07/01/tce-go-recomenda-privatizacao-do-ipasgo-ate-o-final-de-2023/>

Balanço de contas indica "marco histórico" nas finanças públicas de Goiás

Luiz F. Mendes

O plenário do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** emitiu, na última terça, 28, parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano passado. O **conselheiro Celmar Rech**, relator do documento, informou que "o ano de 2021 representou um marco histórico para as finanças públicas de **Goiás**".

De acordo com o **conselheiro Celmar Rech**, levando em conta informações da área técnica, não houve ressalvas no Balanço Geral do Estado de **Goiás**. Portanto, o parecer recebeu aprovação por unanimidade dos votos dos conselheiros do tribunal.

Compartilhe essa notícia no Whatsapp Compartilhe essa notícia no Telegram

Segundo o relator, ao longo de mais de uma década as receitas ordinárias do Estado não se mostravam suficientes. Em outras palavras, não faziam frente ao pagamento do serviço da dívida, às vinculações constitucionais e às despesas com pessoal e custeio.

Indústria de alimentos em Itaberaí oferece 380 vagas de emprego Três pessoas são indiciadas pela morte do filho da prefeita de Baliza Em Vila Propício, criança de 4 anos morre em acidente de carreta com bicicleta

A realidade começou a mudar quando a atual gestão de Ronaldo Caiado quebrou a série histórica de déficits orçamentários.

"Os tão necessários investimentos acabaram se reduzindo a uma ínfima parcela do orçamento ou, quando possível, custeados por operações de crédito cujos encargos adicionais terminaram por comprometer ainda mais as receitas futuras", explicou **Celmar Rech**, em seu documento.

Entre 2012 e 2018, **Goiás** viveu um período de déficits orçamentários. O estado ficou entre as quatro piores situações fiscais do Brasil, ao lado de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Site: <https://diariodoestadogo.com.br/balanco-de-contas-indica-marco-historico-nas-financas-publicas-de-goias-187506/>

TCE-GO recomenda privatização do Ipasgo até o final de 2023

O Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) deve ser privatizado até o final de 2023. É o que consta em um parecer prévio de contas ao governador do exercício de 2021, publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (30) pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Apesar da sugestão, vale lembrar que as contas estaduais foram aprovadas por unanimidade pela corte.

De acordo com o documento, o governo do Estado deve "adotar providências para que, até o final de 2023, seja efetivada a conversão do IPASGO em pessoa jurídica de direito privado, ou promover medida com potencial equivalente para resolução dos problemas relatados".

Os problemas em questão estão descritos no voto do **conselheiro** relator do parecer, **Celmar Rech**. De acordo com o voto, o governo do estado tem utilizado receitas consistentes nos descontos dos servidores públicos e dos pagamentos das mensalidades de segurados agregados do instituto na Receita Corrente Líquida do estado. Segundo o voto, "no exercício de 2021, esses valores somaram R\$ 1,817 bilhão, o que representa 5,76%" da Receita Corrente Líquida.

Para o relator, o uso de recursos do Ipasgo, que são vinculados aos pagamentos das despesas médicas dos segurados do plano de saúde, resulta em incremento artificial do indicador, "com inevitáveis desdobramentos na apuração da despesa com pessoal e do endividamento público, e outras consequências nocivas às finanças estaduais".

Rech também ressaltou que não é a primeira vez que o órgão alerta do governo do estado sobre a questão e que recomendações contrárias já foram feitas a governos anteriores.

"A manutenção da atual natureza jurídica do IPASGO também prejudica a transparência social e a inteligibilidade sobre os gastos estaduais com a função saúde pública, como dito alhures, pelo fato de que seus dispêndios, de caráter não universal, são direcionados a um público específico, os usuários do plano de saúde, e não com a saúde da sociedade em geral", diz o relatório.

Outros problemas

Ainda de acordo com o documento, fiscalizações realizadas pelo **TCE-GO** identificou a intenção do Ipasgo em substituir servidores públicos efetivos por terceirizados. Nesse sentido, o órgão já vinha recomendando a realização de concurso público para o instituto desde 2018.

Além disso, Rech pontuou que, durante o contingenciamento orçamentário promovido em 2021, resultou na redução de 50% (cinquenta por cento) nos atendimentos e exames eletivos ofertados pelo plano de saúde. O motivo da redução do atendimento, foi a "impossibilidade do estabelecimento de restrições gerais às dotações orçamentárias do IPASGO, em função da natureza de suas receitas e da vinculação de suas despesas".

Procurado pelo Mais **Goiás**, o governo do estado informou que não vai se manifestar sobre o assunto.

Governo teve contas aprovadas em 2021

O governo do estado teve suas contas públicas aprovadas sem ressalvas pelo **TCE-GO** em 2021. Na análise dos números, **Celmar Rech** considerou que o ano de 2021 foi um "marco histórico" para as finanças públicas. Segundo ele, havia um déficit estrutural de mais de uma década "aparentemente insuperável, no qual as receitas ordinárias não se mostravam suficientes para fazer frente ao pagamento do serviço da dívida, às vinculações constitucionais e às despesas com pessoal e custeio".

Ele lembrou que, durante a década, investimentos necessários tiveram que deixar de ser feitos e relegados a uma parcela pequena do orçamento, custeados, quando possível, por operações de crédito cujos encargos adicionais ajudavam a comprometer ainda mais as receitas futuras.

De acordo com o Governo de **Goiás**, uma das medidas adotadas como solução para o panorama foi renegociação do perfil das dívidas, com a busca de readequação de juros existentes para patamares mais adequados às condições dos cofres públicos.

Site: <https://www.maisgoias.com.br/tce-go-recomenda-privatizacao-do-ipasgo-ate-o-final-de-2023/>

TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** emitiu, na última terça-feira (28/6), parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021. As ações desenvolvidas pela área responsável pelo patrimônio estadual, unidade vinculada à Secretaria da Administração (Sead), contribuíram para a decisão do órgão fiscalizador. Pela primeira vez em 21 anos, a Corte não apresentou determinação ou recomendação relacionada à gestão patrimonial dos bens públicos.

O resultado evidencia a boa atuação da Superintendência Central de Patrimônio na gestão responsável do patrimônio público. No parecer, o Tribunal reconheceu "o posicionamento da unidade especializada, considerando ter sido verificado o comprometimento dos responsáveis envolvidos". A Corte ressaltou ainda que "vem acompanhando a evolução das medidas inerentes à necessária conciliação entre os inventários realizados e a realizar, com os respectivos registros contábeis patrimoniais do Estado. Em 2021, foi possível constatar o aprimoramento da gestão patrimonial do Estado na direção estabelecida pelos institutos legais e normativos pertinentes".

O Programa Inventário envolve a contagem de todos os bens móveis e imóveis do Estado. Na primeira edição do programa, a atual gestão identificou o descaso com o qual o setor era tratado. À época, mais de 25% dos bens móveis do inventário de 2019 não foram encontrados. A realidade hoje é outra. A equipe da Sead atuou para sanar as irregularidades, corrigindo e atualizando essa documentação, hoje com 1.610.894 bens móveis e 4.654 bens imóveis.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia avaliou que o parecer do **TCE** reflete uma mudança de cultura na gestão, que vai muito além do cumprimento formal de uma obrigação. "Nós conseguimos garantir aquilo que é princípio norteador de uma boa administração: o respeito à coisa pública, o zelo com o patrimônio de todos os goianos", pontuou.

Fonte: Governo GO

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/tce-aprova-gestao-patrimonial-do-governo-de-goias-sem-recomendacoes/>

TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações

Redação Revista...

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** emitiu, na última terça-feira (28/6), parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021. As ações desenvolvidas pela área responsável pelo patrimônio estadual, unidade vinculada à Secretaria da Administração (Sead), contribuíram para a decisão do órgão fiscalizador. Pela primeira vez em 21 anos, a Corte não apresentou determinação ou recomendação relacionada à gestão patrimonial dos bens públicos.

O resultado evidencia a boa atuação da Superintendência Central de Patrimônio na gestão responsável do patrimônio público. No parecer, o Tribunal reconheceu o posicionamento da unidade especializada, considerando ter sido verificado o comprometimento dos responsáveis envolvidos. A Corte ressaltou ainda que vem acompanhando a evolução das medidas inerentes à necessária conciliação entre os inventários realizados e a realizar, com os respectivos registros contábeis patrimoniais do Estado. Em 2021, foi possível constatar o aprimoramento da gestão patrimonial do Estado na direção estabelecida pelos institutos legais e normativos pertinentes.

O Programa Inventário envolve a contagem de todos os bens móveis e imóveis do Estado. Na primeira edição do programa, a atual gestão identificou o descaso com o qual o setor era tratado. À época, mais de 25% dos bens móveis do inventário de 2019 não foram encontrados. A realidade hoje é outra. A equipe da Sead atuou para sanar as irregularidades, corrigindo e atualizando essa documentação, hoje com 1.610.894 bens móveis e 4.654 bens imóveis.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia avaliou que o parecer do **TCE** reflete uma mudança de cultura na gestão, que vai muito além do cumprimento formal de uma obrigação. Nós conseguimos garantir aquilo que é princípio norteador de uma boa administração: o respeito à coisa pública, o zelo com o patrimônio de todos os goianos, pontuou.

Site: <https://www.vivergoias.com.br/noticia/tce-aprova-gestao-patrimonial-do-governo-de-goias-sem-recomendacoes>

Pela primeira vez, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações

Márcia Fabiana

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** emitiu, na última terça-feira (28/6), parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021. As ações desenvolvidas pela área responsável pelo patrimônio estadual, unidade vinculada à Secretaria da Administração (Sead), contribuíram para a decisão do órgão fiscalizador. Pela primeira vez em 21 anos, a Corte não apresentou determinação ou recomendação relacionada à gestão patrimonial dos bens públicos.

O resultado evidencia a boa atuação da Superintendência Central de Patrimônio na gestão responsável do patrimônio público. No parecer, o Tribunal reconheceu "o posicionamento da unidade especializada, considerando ter sido verificado o comprometimento dos responsáveis envolvidos". A Corte ressaltou ainda que "vem acompanhando a evolução das medidas inerentes à necessária conciliação entre os inventários realizados e a realizar, com os respectivos registros contábeis patrimoniais do Estado. Em 2021, foi possível constatar o aprimoramento da gestão patrimonial do Estado na direção estabelecida pelos institutos legais e normativos pertinentes".

O Programa Inventário envolve a contagem de todos os bens móveis e imóveis do Estado. Na primeira edição do programa, a atual gestão identificou o descaso com o qual o setor era tratado. À época, mais de 25% dos bens móveis do inventário de 2019 não foram encontrados. A realidade hoje é outra. A equipe da Sead atuou para sanar as irregularidades, corrigindo e atualizando essa documentação, hoje com 1.610.894 bens móveis e 4.654 bens imóveis.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia avaliou que o parecer do **TCE** reflete uma mudança de cultura na gestão, que vai muito além do cumprimento formal de uma obrigação. "Nós conseguimos garantir aquilo que é princípio norteador de uma boa administração: o respeito à coisa pública, o zelo com o patrimônio de todos os goianos", pontuou.

Site: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/57171-pela->

***primeira-vez-tce-aprova-gestao-patrimonial-do-governo-
de-goias-sem-recomendacoes***

Pela primeira vez em 21 anos, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações

Tribunal reconheceu "o posicionamento da unidade especializada, considerando ter sido verificado o comprometimento dos responsáveis envolvidos"| Foto: Reprodução

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** emitiu, na última terça-feira, 28, parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021. As ações desenvolvidas pela área responsável pelo patrimônio estadual, unidade vinculada à Secretaria da Administração (Sead), contribuíram para a decisão do órgão fiscalizador. Pela primeira vez em 21 anos, a Corte não apresentou determinação ou recomendação relacionada à gestão patrimonial dos bens públicos.

No parecer, o Tribunal reconheceu "o posicionamento da unidade especializada, considerando ter sido verificado o comprometimento dos responsáveis envolvidos". A Corte ressaltou ainda que "vem acompanhando a evolução das medidas inerentes à necessária conciliação entre os inventários realizados e a realizar, com os respectivos registros contábeis patrimoniais do Estado. Em 2021, foi possível constatar o aprimoramento da gestão patrimonial do Estado na direção estabelecida pelos institutos legais e normativos pertinentes".

O Programa Inventário envolve a contagem de todos os bens móveis e imóveis do Estado. Na primeira edição do programa, a atual gestão identificou o descaso com o qual o setor era tratado. À época, mais de 25% dos bens móveis do inventário de 2019 não foram encontrados. A realidade hoje é outra. A equipe da Sead atuou para sanar as irregularidades, corrigindo e atualizando essa documentação, hoje com 1.610.894 bens móveis e 4.654 bens imóveis.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia avaliou que o parecer do **TCE** reflete uma mudança de cultura na gestão, que vai muito além do cumprimento formal de uma obrigação. "Nós conseguimos garantir aquilo que é princípio norteador de uma boa administração: o respeito à coisa pública, o zelo com o patrimônio de todos os goianos", pontuou.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas->

***noticias/pela-primeira-vez-em-21-anos-tce-aprova-
gestao-patrimonial-do-governo-de-goias-sem-
recomendacoes-408170/***

"Estamos preocupados em atender a demanda da população" afirma Caiado durante anúncio da ampliação da frota do Eixo Anhanguera

Medida visa garantir mais conforto e qualidade ao usuário do transporte coletivo na região Metropolitana de **GOIÂNIA**

O governador Ronaldo Caiado anunciou, nesta quarta-feira (29/06), a ampliação do número de veículos do Eixo Anhanguera, principal corredor de transporte coletivo que liga **GOIÂNIA** às cidades da região Metropolitana. De imediato, seis novos veículos entram em operação a partir desta quinta-feira (30/06). A cada semana, novos veículos entram em circulação, com a previsão de 60 novos ônibus até o próximo mês de agosto. O aumento da frota não vai implicar em aumento de gastos públicos nem acréscimo no valor da passagem.

"Estamos todos muito preocupados em atender a demanda da população, o povo já não tem mais paciência", disse Caiado. Em caráter emergencial, a frota, que hoje é de 86 veículos, será ampliada para 110 ônibus em circulação, com veículos na reserva para substituir eventuais problemas técnicos.

O principal projeto de requalificação do transporte coletivo da região metropolitana, a eletrificação da frota, segue sendo a prioridade do Governo de **GOIÁS**. Porém, com o atraso na execução do cronograma de licitação da nova frota devido a questionamentos apresentados pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)**, foi preciso adotar um plano contingencial para garantir a fluidez do sistema. "Não podemos deixar a população achando que o transporte não tem solução", disse o governador.

"Gratidão ao governador por ajudar e se empenhar tanto para oferecer o melhor transporte e estar sempre de portas abertas para ouvir os prefeitos", disse o prefeito de **GOIÂNIA**, Rogério Cruz, que falou em nome de todos os prefeitos da região Metropolitana. Para ele, o esforço é conjunto para, a cada dia, dar melhores respostas aos usuários do transporte coletivo.

O secretário-geral de Governo e presidente do

Conselho Deliberativo de Transportes Coletivos (CDTC), Adriano da Rocha Lima, explica que a população não pode ser penalizada pelo adiamento da licitação dos novos ônibus e, por isso, governo estadual e prefeituras se uniram em busca de uma solução para a demanda por mais ônibus, principal queixa dos usuários. "Voltaremos ao plano original quando possível, mas estamos, desde já, atendendo a demanda da população", disse o secretário.

Os ônibus que entram agora para a frota são todos novos, com ar condicionado, proporcionando maior conforto ao usuário. "Isso mostra o comprometimento do governador e do prefeito com transporte coletivo da região Metropolitana", disse o presidente da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), Tarcísio Abreu.

Ampliação da frota sem aumento de custo

A ampliação da frota não vai acarretar em transferência de recursos públicos, nem no aumento do valor da passagem. Segundo o presidente da CDTC, trata-se de um acordo operacional contemplado pelo contrato com as empresas que operam o Eixo Anhanguera. Ou seja, elas compartilham os veículos e colocam a quilometragem de quantos veículos devem rodar mensalmente.

Ao término de cada mês, a receita é compartilhada entre as empresas que operaram as extensões na seguinte proporção: 50% para a Metrobus e outros 50% para as concessionárias. Assim como os custos, que também são divididos em 50% para ambas as partes.

Estiveram também presentes no evento o secretário estadual da Indústria, Comércio e Serviços, Joel de Sant'Anna; o secretário da Casa Militar, Coronel Luiz Carlos de Alencar; o presidente da Metrobus, Francisco Caldas; o presidente da GoiásTelecom, Hipólito Prado; o presidente da Cooperativa de Transportes do Estado de **GOIÁS** (Cootego), Rilvadar Gonçalves; o presidente da Viação Reunidas,

Henrique Vinícius da Paz; o presidente da Rede Mob, Leomar Avelino Rodrigues; o diretor da Rápido Araguaia, Roberto Rabelo; o diretor da Rede Mob, Cézane Siqueira; e os prefeitos dos seguintes municípios: Kelton Pinheiro (Bonfinópolis), Naçoitan Leite (Iporá) e José Délio Alves Júnior (Hidrolândia).

Fonte: Secretaria de Comunicação - Governo de **GOIÁS** Tags: Caiado , covid-19 , **GOIÁS** , governo , Pessoas

Site: <https://www.expresso360.com.br/estamos-preocupados-em-atender-a-demanda-da-populacao-afirma-caiado-durante-anuncio-da-ampliacao-da-frota-do-eixo-anhanguera/>

Metrobus coloca mais 60 ônibus em circulação

Enquanto a frota de ônibus elétricos entra em funcionamento no Eixo Anhanguera, 60 novos veículos vão ingressar no eixo e extensões em caráter emergencial. No total, serão 110 ônibus circulando nos próximos 180 dias, de acordo com a Prefeitura de **Goiânia**. O objetivo é desafogar a demanda do sistema no principal corredor de transporte coletivo que liga a capital às cidades da Região Metropolitana.

Seis ônibus entraram em operação, na última quarta-feira (29), para circular entre os terminais Vera Cruz e Praça da Bíblia. Os veículos são de piso alto, 14 metros de comprimento, ar-condicionado, câmbio automático, capacidade para até 110 passageiros sentados e em pé, e portas para embarque e desembarque elevados pelo lado esquerdo.

Segundo o Paço, os outros veículos ingressarão na rota de forma gradativa. A previsão é de entrada de novos ônibus semanalmente, até completar os 60 previstos, que serão os primeiros climatizados a circular na Região Metropolitana.

Rogério Cruz afirma que "esse é mais um passo para a melhoria do transporte público da Região Metropolitana de **Goiânia**", e ressalta o alinhamento dos prefeitos com o Governo do Estado. "Já damos respostas à população. O primeiro passo foi a implantação do bilhete único e do passe livre do trabalhador", ressaltou, ao lembrar que a Prefeitura de **Goiânia** já está recapeando a via para receber os 114 ônibus elétricos.

O presidente da Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo (CDTC), secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, explica que a decisão de ampliar a frota de forma imediata foi necessária em função do questionamento do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** sobre aspectos da licitação, que vai promover a eletrificação da frota do principal corredor de transporte coletivo da Região Metropolitana de **Goiânia**.

"O processo está sendo feito de forma muito transparente, mas como surgiram algumas dúvidas, fomos obrigados a adiar a licitação. Estamos esclarecendo todos os questionamentos. Infelizmente, a entrega dos ônibus elétricos no segundo semestre, como o previsto, não será possível, mas a ampliação imediata da frota foi a forma provisória que

encontramos para não penalizar a população", destacou Adriano da Rocha Lima.

Acordo com empresas

Com a frota deficitária, a Metrobus anunciou, no último mês, um acordo com empresas privadas para reposição e substituição de ônibus articulados nas linhas que percorrem o Eixo Anhanguera, em **Goiânia**, e municípios da Região Metropolitana. Conforme o órgão, a decisão visa suprir a necessidade de mais veículos para trafegar na via e responder à suspensão do pregão para licitação de 114 ônibus elétricos, determinada pelo **TCE**.

Frota deficitária

Já o presidente da Metrobus, Francisco Caldas, avalia que há o problema da frota deficitária é uma realidade. Por enquanto, a iniciativa deve solucionar os problemas aos usuários do transporte coletivo. Segundo ele, o objetivo principal é "fortalecer a nossa frota com ônibus deles [empresas privadas], até que a gente possa endereçar a solução final para os ônibus elétricos", explica.

"A nossa estratégia do governador e da empresa é de renovar a frota inteira dentro da melhor tecnologia possível. Nunca tivemos ônibus com ar condicionado nessa região e vamos enfrentar isso", pontua.

Contudo, o acordo com as empresas privadas será mantido até segunda ordem. "Esses serviços hoje são operados pela Metrobus e dentro de uma deficiência operacional, queríamos ter mais recursos para poder fazer isso, mas então, na insuficiência, vamos procurar as empresas e pedir para elas reforçarem nossa frota. Eu não tenho os números finais pois estamos na fase final de indexação mas espero que em até uma semana tenhamos números novos para apresentar à população e ao órgão regulador", destaca.

Meia Tarifa

Até o fim deste ano, a expectativa é que o Governo de **Goiás** implemente a Meia Tarifa, onde passageiros que percorrerem trajetos menores do que cinco quilômetros pagarão metade do valor do bilhete, congelado em R\$ 4,30 durante toda a atual gestão do Estado.

"**Goiânia** sempre foi só problema, problema. Há quanto tempo não temos um aumento na passagem? Só esse ano, vamos bancar R\$ 80 milhões. São 17 prefeituras que não podem subsidiar e nós vamos pagar. **Goiânia** arca com outra parte. Hoje, nós temos a CMTC e a CDTC trabalhando uniformemente. A Prefeitura está prezando pelo asfalto agora, depois virá o concreto", afirma o governador.

Site:

<https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1416899/t/metrobus-coloca-mais-60-onibus-em-circulacao/>

Pela primeira vez, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** emitiu, na última terça-feira (28/6), parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021. As ações desenvolvidas pela área responsável pelo patrimônio estadual, unidade vinculada à Secretaria da Administração (Sead), contribuíram para a decisão do órgão fiscalizador. Pela primeira vez em 21 anos, a Corte não apresentou determinação ou recomendação relacionada à gestão patrimonial dos bens públicos.

O resultado evidencia a boa atuação da Superintendência Central de Patrimônio na gestão responsável do patrimônio público. No parecer, o Tribunal reconheceu "o posicionamento da unidade especializada, considerando ter sido verificado o comprometimento dos responsáveis envolvidos". A Corte ressaltou ainda que "vem acompanhando a evolução das medidas inerentes à necessária conciliação entre os inventários realizados e a realizar, com os respectivos registros contábeis patrimoniais do Estado. Em 2021, foi possível constatar o aprimoramento da gestão patrimonial do Estado na direção estabelecida pelos institutos legais e normativos pertinentes".

O Programa Inventário envolve a contagem de todos os bens móveis e imóveis do Estado. Na primeira edição do programa, a atual gestão identificou o descaso com o qual o setor era tratado. À época, mais de 25% dos bens móveis do inventário de 2019 não foram encontrados. A realidade hoje é outra. A equipe da Sead atuou para sanar as irregularidades, corrigindo e atualizando essa documentação, hoje com 1.610.894 bens móveis e 4.654 bens imóveis.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia avaliou que o parecer do **TCE** reflete uma mudança de cultura na gestão, que vai muito além do cumprimento formal de uma obrigação. "Nós conseguimos garantir aquilo que é princípio norteador de uma boa administração: o respeito à coisa pública, o zelo com o patrimônio de todos os goianos", pontuou.

O post Pela primeira vez, **TCE** aprova gestão patrimonial do Governo de **Goiás** sem recomendações apareceu primeiro em Agência Cora Coralina de

Notícias .

Site: <https://girogoias.com.br/pela-primeira-vez-tce-aprova-gestao-patrimonial-do-governo-de-goias-sem-recomendacoes/>

TCE-GO recomenda privatização do Ipasgo até o final de 2023

Por **Gabrielle Andrade**

O Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) deve ser privatizado até o final de 2023. É o que consta em um parecer prévio de contas ao governador do exercício de 2021, publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (30) pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Apesar da sugestão, vale lembrar que as contas estaduais foram aprovadas por unanimidade pela corte.

De acordo com o documento, o governo do Estado deve "adotar providências para que, até o final de 2023, seja efetivada a conversão do IPASGO em pessoa jurídica de direito privado, ou promover medida com potencial equivalente para resolução dos problemas relatados".

Os problemas em questão estão descritos no voto do **conselheiro** relator do parecer, **Celmar Rech**. De acordo com o voto, o governo do estado tem utilizado receitas consistentes nos descontos dos servidores públicos e dos pagamentos das mensalidades de segurados agregados do instituto na Receita Corrente Líquida do estado. Segundo o voto, "no exercício de 2021, esses valores somaram R\$ 1,817 bilhão, o que representa 5,76%" da Receita Corrente Líquida.

Para o relator, o uso de recursos do Ipasgo, que são vinculados aos pagamentos das despesas médicas dos segurados do plano de saúde, resulta em incremento artificial do indicador, "com inevitáveis desdobramentos na apuração da despesa com pessoal e do endividamento público, e outras consequências nocivas às finanças estaduais".

Rech também ressaltou que não é a primeira vez que o órgão alerta do governo do estado sobre a questão e que recomendações contrárias já foram feitas a governos anteriores.

"A manutenção da atual natureza jurídica do IPASGO também prejudica a transparência social e a inteligibilidade sobre os gastos estaduais com a função saúde pública, como dito alhures, pelo fato de que seus dispêndios, de caráter não universal, são direcionados a um público específico, os usuários do plano de saúde, e não com a saúde da sociedade em geral", diz o relatório.

Outros problemas

Ainda de acordo com o documento, fiscalizações realizadas pelo **TCE-GO** identificou a intenção do Ipasgo em substituir servidores públicos efetivos por terceirizados. Nesse sentido, o órgão já vinha recomendando a realização de concurso público para o instituto desde 2018.

Além disso, Rech pontuou que, durante o contingenciamento orçamentário promovido em 2021, resultou na redução de 50% (cinquenta por cento) nos atendimentos e exames eletivos ofertados pelo plano de saúde. O motivo da redução do atendimento, foi a "impossibilidade do estabelecimento de restrições gerais às dotações orçamentárias do IPASGO, em função da natureza de suas receitas e da vinculação de suas despesas".

Governo teve contas aprovadas em 2021

O governo do estado teve suas contas públicas aprovadas sem ressalvas pelo **TCE-GO** em 2021. Na análise dos números, **Celmar Rech** considerou que o ano de 2021 foi um "marco histórico" para as finanças públicas. Segundo ele, havia um déficit estrutural de mais de uma década "aparentemente insuperável, no qual as receitas ordinárias não se mostravam suficientes para fazer frente ao pagamento do serviço da dívida, às vinculações constitucionais e às despesas com pessoal e custeio".

Ele lembrou que, durante a década, investimentos necessários tiveram que deixar de ser feitos e relegados a uma parcela pequena do orçamento, custeados, quando possível, por operações de crédito cujos encargos adicionais ajudavam a comprometer ainda mais as receitas futuras.

De acordo com o Governo de **Goiás**, uma das medidas adotadas como solução para o panorama foi renegociação do perfil das dívidas, com a busca de readequação de juros existentes para patamares mais adequados às condições dos cofres públicos.

informações Mais **Goiás**

Site: <https://portalcatalao.com.br/noticias/goias/tce-go-recomenda-privatizacao-do-ipasgo-ate-o-final-de-2023.phtml>

Após 21 anos, TCE aprova contas do Governo de Goiás sem nenhuma ressalva

Redação

Após 21 anos, O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** aprova as contas de um governo em **Goiás** sem nenhuma ressalva. O **TCE** emitiu, na última terça-feira (28/06), parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021. O documento foi assinado pelo relator Celmar Rech, com base em informações da área técnica, e não houve ressalvas. A decisão comprova que o Estado cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento e operações de créditos e garantias. Na sequência, as informações serão encaminhadas à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, complementa que o resultado representa o coroamento do esforço para melhoria e evolução contínua da qualidade das informações contábeis e fiscais.

Embora não faça ressalvas, o parecer do **TCE** apresenta três determinações e 10 recomendações ao Poder Executivo. Entre elas, a adoção de providências para que, até o final de 2023, seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado; o detalhamento sobre a natureza, origem e destinação de recursos registrados no subgrupo de contas Outras Obrigações a Curto Prazo; e a normatização dos gastos com publicidade e propaganda.

Para a subsecretária do Tesouro Estadual, Selene Nunes, a correta gestão contábil e fiscal é a base necessária para a implementação de todas as medidas para o ajuste fiscal e para a retomada de políticas públicas em atendimento aos anseios da sociedade goiana nas mais diversas áreas: como saúde, educação e segurança pública.

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela terceira vez, o Estado de **Goiás** fez a

entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

Site: <https://brazilurgente.com.br/apos-21-anos-tce-aprova-contas-do-governo-de-goias-sem-nenhuma-ressalva/>

Pela primeira vez em 21 anos, TCE aprova gestão patrimonial do Governo de Goiás sem recomendações

Tribunal reconheceu comprometimento do Governo de **Goiás** com gestão responsável do patrimônio público. Resultado contribuiu para parecer prévio pela aprovação das contas da gestão Caiado

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** emitiu, na última terça-feira (28/06), parecer prévio pela aprovação do Balanço Geral do Estado de **Goiás** referente ao ano de 2021. As ações desenvolvidas pela área responsável pelo patrimônio estadual, unidade vinculada à Secretaria da Administração (Sead), contribuíram para a decisão do órgão fiscalizador. Pela primeira vez em 21 anos, a Corte não apresentou determinação ou recomendação relacionada à gestão patrimonial dos bens públicos.

O resultado evidencia a boa atuação da Superintendência Central de Patrimônio na gestão responsável do patrimônio público. No parecer, o Tribunal reconheceu "o posicionamento da unidade especializada, considerando ter sido verificado o comprometimento dos responsáveis envolvidos". A Corte ressaltou ainda que "vem acompanhando a evolução das medidas inerentes à necessária conciliação entre os inventários realizados e a realizar, com os respectivos registros contábeis patrimoniais do Estado. Em 2021, foi possível constatar o aprimoramento da gestão patrimonial do Estado na direção estabelecida pelos institutos legais e normativos pertinentes".

O Programa Inventário envolve a contagem de todos os bens móveis e imóveis do Estado. Na primeira edição do programa, a atual gestão identificou o descaso com o qual o setor era tratado. À época, mais de 25% dos bens móveis do inventário de 2019 não foram encontrados. A realidade hoje é outra. A equipe da Sead atuou para sanar as irregularidades, corrigindo e atualizando essa documentação, hoje com 1.610.894 bens móveis e 4.654 bens imóveis.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia avaliou que o parecer do **TCE** reflete uma mudança de cultura na gestão, que vai muito além do cumprimento formal de uma obrigação. "Nós conseguimos garantir aquilo que é princípio norteador de uma boa administração: o respeito à coisa pública, o zelo com o patrimônio de

todos os goianos", pontuou.

Secretaria da Administração - Governo de **Goiás**

Minha história com o jornalismo tem uma trajetória que começou a ser escrita aos 11 anos de idade, quando comecei a representar o jornal O Diário da Manhã.

O fiz por gostar de ler e de estar informado. De entregar o jornal passei a enviar notícias da cidade a serem publicadas.

Ao visitar o jornal, em conversar com o senhor Batista Custódio, surgiu a possibilidade de publicar artigos sobre temas específicos. Foi o que fiz, e ver a repercussão só me incentivou.

Deste ponto passei a publicar também no O Popular. Como a volta do Novo Horizonte ao futebol profissional integrei a equipe da Rádio Xavantes, graças a Deus, naquela oportunidade o time subiu para a divisão de elite.

Site: <http://blogdoalanribeiro.com.br/2022/07/01/pela-primeira-vez-em-21-anos-tce-aprova-gestao-patrimonial-do-governo-de-goias-sem-recomendacoes/>

TCE-GO Recomenda Privatização do Ipasgo até o Final de 2023

O Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) deve privatizado até o final de 2023. É o que consta em um parecer prévio de contas ao governador do exercício de 2021, publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (30) pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Apesar da sugestão, vale lembrar que as contas estaduais foram aprovadas por unanimidade pela corte.

De acordo com o documento, o governo do Estado deve "adotar providências para que, até o final de 2023, seja efetivada a conversão do IPASGO em pessoa jurídica de direito privado, ou promover medida com potencial equivalente para resolução dos problemas relatados".

Os problemas em questão estão descritos no voto do **conselheiro** relator do parecer, **Celmar Rech**. De acordo com o voto, o governo do estado tem utilizado receitas consistentes nos descontos dos servidores públicos e dos pagamentos das mensalidades de segurados agregados do

instituto

na Receita Corrente Líquida do estado. Segundo o voto, "no exercício de 2021, esses valores somaram R\$ 1,817 bilhão, o que representa 5,76%" da Receita Corrente Líquida.

Para o relator, o uso de recursos do Ipasgo, que são vinculados aos pagamentos das despesas médicas dos segurados do plano de saúde, resulta em incremento artificial do indicador, "com inevitáveis desdobramentos na apuração da despesa com pessoal e do endividamento público, e outras consequências nocivas às finanças estaduais".

Rech também ressaltou que não é a primeira vez que o órgão alerta do governo do estado sobre a questão e que recomendações contrárias já foram feitas a governos anteriores.

"A manutenção da atual natureza jurídica do IPASGO também prejudica a transparência social e a inteligibilidade sobre os gastos estaduais com a função saúde pública, como dito alhures, pelo fato de que seus dispêndios, de caráter não universal, são direcionados a um público específico, os usuários do plano de saúde, e não com a saúde da sociedade em

geral", diz o relatório.

Site: <http://cleubercarlos.blogspot.com/2022/07/tce-go-recomenda-privatizacao-do-ipasgo.html>

Pressionada, oposição briga com os bons resultados da gestão de Ronaldo Caiado

Cloves Reges Maia

Números divulgados pela imprensa goiana e até nacional, durante a semana, mexeram com os ânimos da oposição ao governador **Ronaldo Caiado**. Buscando um discurso que possa representar uma retórica factível de oposição ao atual governo, pré-candidatos ao governo de **Goiás**, como Marconi Perillo (PSDB), Vitor Hugo (PL) e Gustavo Mendanha (Patriota), viram-se um tanto quanto surpreendidos com os bons resultados da gestão Caiado e meio que se perderam no discurso oposicionista.

Dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública no início da semana mostram que o número de homicídios em **Goiás** é o menor dos últimos 10 anos. Segundo o estudo, **Goiás** está entre os três Estados com a maior queda no número de vítimas de assassinatos em 2021, em comparação a 2020. O levantamento apontou que a média nacional é de redução de 6,6%. Com redução expressiva contínua, **Goiás**, com 7,2 milhões de habitantes, se manteve em lugar de destaque com recuo de 19%.

Esses dados, em particular, mexeram com os principais adversários de **Ronaldo Caiado** nas eleições de outubro próximo. Marconi Perillo e Vitor Hugo, por exemplo, deram declarações tentando minimizar o impacto da notícia, que, sem dúvidas, é extremamente positiva, não só para o governo, mas, principalmente, para a população de **Goiás**. O tucano disse que os bons resultados colhidos agora por Caiado vêm de ações empreendidas nos seus governos. As estatísticas, no entanto, não convalidam o discurso do ex-governador, já que, entre 2011 e 2018, a violência em **Goiás** alcançou níveis inimagináveis, o que colocou o Estado na condição de 3º mais violento do país em 2015, com índice de 47 mortes por cada grupo de 100 mil moradores.

Vitor Hugo, pré-candidato do PL ao governo de **Goiás**, tentou desmerecer o trabalho do atual governo através de uma meia verdade. Segundo o liberal, os bons resultados da segurança pública em **Goiás** são fruto do esforço dos policiais, o que, de fato, não é mentira, mas não representa a verdade por inteiro. Governistas destacam que é impensável imaginar que a motivação dos agentes de segurança de **Goiás** fosse possível sem que houvesse investimentos e valorização daqueles que integram a segurança pública goiana.

Entre as ações do governo que demonstram a valorização dos agentes da segurança pública em **Goiás**, aliados de Caiado citam a extinção da terceira classe de soldados, em março de 2019, e promoção de cerca de 1.950 militares (PM e CBM) que pertenciam a patente denominada soldado de segunda classe para soldado de primeira classe, sem a exigência do Teste de Aptidão Profissional (TAP).

Destacam, ainda, a promoção de quase 7 mil militares, entre praças e oficiais, da PM e CBM durante a gestão. Tendo como marco a maior promoção de praças da história da Polícia Militar, em 2021, cerca de 3 mil praças foram promovidos em um só ato.

PIB cresce mais do que o dobro da média nacional

Outra notícia que desestabilizou a oposição goiana foi a de que o PIB goiano cresceu 4,1% no primeiro trimestre de 2022, mais do que o dobro da média nacional, que ficou em 1,7%. O estudo do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), órgão jurisdicionado à Secretaria-Geral da Governadoria (SGG), mostra que o resultado positivo da **economia** goiana foi puxado, prioritariamente, pelos avanços conquistados nos setores de Serviços e da Indústria.

Para o governador **Ronaldo Caiado**, a posição de destaque ocupada por **Goiás** é consequência dos ajustes na **política** fiscal: "Conseguimos superar situações delicadas. **Goiás** estava entre os quatro piores Estados do país do ponto de vista fiscal, com o colapso da máquina pública, mas nós avançamos e fomos os únicos a entrar no Regime de Recuperação Fiscal", afirmou.

Contas aprovadas

Também nesta semana, o plenário do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** aprovou, por unanimidade, as contas de Governo do chefe do executivo goiano. No relatório/voto, o **conselheiro** relator, **Celmar Rech**, disse que "o ano de 2021 representou um marco histórico para as finanças públicas do Estado de **Goiás**". Segundo ele, ao longo de mais de uma década, ano após ano, constatava-se a presença de um déficit estrutural aparentemente insuperável, no qual as receitas ordinárias não se

mostravam suficientes para fazer frente ao pagamento do serviço da dívida, às vinculações constitucionais e às despesas com pessoal e custeio.

Essa realidade, no entanto, começou a mudar já em 2019, primeiro ano da gestão Caiado, que, mesmo marcada por uma herança de quase R\$ 7 bilhões de rombo nas contas públicas, conseguiu romper com a série histórica de sete anos de déficits orçamentários.

No último dia 22 de junho, em sessão na Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**, a secretária de **Economia de Goiás**, Cristiane Schmidt, apresentou o primeiro relatório de Gestão Fiscal de 2022 do Estado, referente aos meses de janeiro a abril deste ano. Os números são novamente positivos e melhores do que os registrados no mesmo período de 2021. O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 2,39 bilhões.

Diante desse resultado, o pré-candidato do Patriota, Gustavo Mendanha, foi às redes dizer que a alta dos preços dos combustíveis teria puxado esse resultado para cima. Esqueceu, de informar, porém, que desde novembro do ano passado, o governo de **Ronaldo Caiado** já havia reduzido a base de cálculo do ICMS sobre os combustíveis em **Goiás** e o Estado teria deixado de arrecadar quase meio bilhão nesse período.

Redução da Dívida Consolidada Líquida

Além dos bons resultados fiscais apresentados pela Secretaria de **Economia** e convalidados pelo **TCE-GO**, dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do primeiro quadrimestre de 2022, apontam que **Goiás** reduziu sua Dívida Consolidada Líquida (DCL) para os menores patamares dos últimos 20 anos. Apurada pela equação Dívida Consolidada Bruta - Disponibilidade de Caixa, a DCL goiana teve redução de 27,46% no período, passando de R\$ 18,4 bilhões para R\$ 13,4 bilhões atualmente. A relação DCL/Receita Corrente Líquida (RCL) chegou a 40,2%, a menor das últimas duas décadas.

Site: <https://nosopinando.com.br/pressionada-oposicao-briga-com-os-bons-resultados-da-gestao-de-ronaldo-caiado/>